

# SEP suspende greve decretada para 30 e 31 de março

24 Março, 2017



Os resultados da reunião com o Ministro da Saúde foram avaliados pela Direção Nacional do SEP como positivos.

**Na reunião, com a presença do Ministro da Saúde, foi assumido:**

- **A admissão de mais enfermeiros** através de processo concursal para as instituições do setor público administrativo.
- **A admissão e regularização das situações precárias de enfermeiros** nas EPE e a passagem para contrato individual de trabalho por tempo indeterminado dos enfermeiros admitidos ao abrigo do Plano de Contingência da Gripe, de acordo com as necessidades identificadas pelas instituições.
- **Reposição do valor do trabalho extraordinário** para todos os profissionais, independentemente do serviço e/ou unidade onde exerçam funções. A 1 de abril a reposição será de 25% e a 1 de dezembro passarão a ser pagas a 100%. Ainda sobre o trabalho extraordinário, foi assumido que todo o trabalho para além do contratualizado configura trabalho extraordinário e todas as situações devem ser regularizadas.
- **Relativamente às horas penosas/qualidade**, o Ministério da Saúde assumiu incluir na proposta de

Orçamento de Estado para 2018 a reposição integral do valor destas horas.

- **Quanto ao suplemento remuneratório para os enfermeiros especialistas**, o Ministério da Saúde assume o compromisso de desenvolver o processo negocial com o SEP com vista à materialização da referida diferenciação económica a partir de janeiro de 2018.
- **Grelhas salariais:** Ministro da Saúde assumiu disponibilidade para rever a tabela remuneratória dos enfermeiros.
- **O Instrumento Normativo** com vista a regulamentar a organização do tempo de trabalho para todos os enfermeiros, a avaliação do desempenho e os concursos para os CIT será enviado no decurso da próxima semana. O Ministro da Saúde assumiu a necessidade de convergência dos regimes de trabalho no âmbito deste processo negocial.

**Sobre as 35 horas:** O Ministério da Saúde reconhece a necessidade da convergência de regimes. Refere que esta é uma questão que deverá ser analisada numa perspetiva transversal a toda a Administração Pública e que a harmonização estará “em cima da mesa” no âmbito do processo negocial que irá decorrer.